PROJETO PEDAGÓGICO – PROGRAMA DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

INSTITUIÇÃO DE ENSINO	
INTITUIÇÃO DE ENSINO	Unieducar
CREDENCIAMENTO	Parecer 0305/2021 - Câmara de Educação Superior e Profissional
MANTENEDORA	Unieducar Inteligência Educacional – CNPJ 05.569.970/0001-26
REGISTRO MEC SISTEC	43970 – SISTEC - Parecer CEE-CE No. 305/2021
REGISTRO SICAF – PJ	170038
REGISTRO ABED	5.139 – Categoria Institucional
REGISTRO CFA/CRA	PJ – 3457 – CE

Declaramos, a pedido do(a) interessado(a), e para fins de prova junto ao respectivo órgão empregador, que o curso abaixo citado encontra-se disponível para matrícula, como programa de **Extensão / Capacitação**, junto à **Unieducar**, com data para início e término a definir, conforme carga horária assinalada.

METODOLOGIA: O conteúdo dos cursos de Extensão pode ser disponibilizado conforme a evolução do programa, e em função de sua correspondente carga horária. Os objetos instrucionais são apresentados em uma interface diagramada de fácil navegação no Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVA. O acesso às videoaulas e demais objetos instrucionais, além de materiais extras disponíveis na biblioteca (e-books), exercícios, audioaulas e videoteca é bastante intuitivo e proporciona uma experiência de interatividade no processo de aprendizagem a distância. Os programas preveem a participação do aluno em atividades de interação no AVA. Tais atividades - passíveis de serem comprovadas, podem ocorrer por meio de conversação em tempo real, fóruns, videoconferências, jogos, aulas participativas, trabalhos em equipe, discussões, dinâmicas de grupo, estudos de caso ou simulações.

CRONOGRAMA DE ATIVIDADES DA AÇÃO DE DESENVOLVIMENTO: O programa de Extensão / Capacitação prevê a participação ativa do inscrito nas diversas atividades propostas. O aluno matriculado em um programa de capacitação deve cumprir rigorosamente com o cronograma de atividades a seguir detalhado, aplicando 8 (oito) horas diárias no desenvolvimento das seguintes ações durante todo o período de acesso ao conteúdo:

ATIVIDADES/HORÁRIOS	08h-09h	09h-10h	10h-11h	11h-12h	12h-14h	14h-15h	15h-16h	16h-17h	17h-18h
Videoaulas Audioaulas	■	■			INTERVALO	■	■		
E-books Audiobooks		■	■		INTERVALO		■	■	
Atividades/Interação				■	INTERVALO				■
Suporte c/Tutoria			■	■	INTERVALO			■	
TOTAL DE HORAS DIÁRIAS APLICADAS NO DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES									8 (OITO)

SINCRONICIDADE: Os programas de Extensão / Capacitação são caracterizados como síncronos, a partir do momento da inscrição, com a indicação por parte do aluno, da data que iniciará, tendo em vista que passa a ter as datas de início e término definidas.

TUTORIA E FORMAS DE INTERAÇÃO: Os programas de Extensão / Capacitação recebem suporte de uma tutoria especificamente designada para acompanhamento do rendimento dos alunos. A interação é realizada online por meio da plataforma AVA. A tutoria é desenvolvida de modo proativo e consiste na assistência didática, compartilhamento de informações, troca de experiências, estímulo ao cumprimento dos exercícios propostos e cooperação visando o melhor aproveitamento dos conteúdos estudados. A tutoria é desempenhada pelo corpo de tutores da Unieducar e a interação entre tutores, estudantes e a coordenação do curso é exclusivamente online, onde são agendadas ações síncronas em outras modalidades (fóruns, videoconferências, chats etc.). A tutoria efetiva encaminhará módulos de conteúdos com atividades avaliativas semanalmente, para que o estudante possa complementar os estudos quanto ao tema desenvolvido no curso.

AVALIAÇÃO/CERTIFICAÇÃO: Nos programas de Extensão / Capacitação a avaliação é qualitativa e múltipla. A nota da avaliação final pode contemplar fatores e formas de avaliação diversas, tais como a elaboração de redações durante e ao término do programa, bem como a frequência e participação em eventos de conversação em tempo real, nas quais são observadas as contribuições de ordem teórica e prática, além de outras modalidades de avaliação individual, bem, como: a realização de atividade avaliativa ao término de cada aula ou módulo de conteúdo e a realização de atividade avaliativa final, com pontuação, ao término da capacitação. A geração do certificado eletrônico é condicionada à verificação de aproveitamento mínimo de 70% nas atividades de

avaliação. Todos os cursos contam com ferramenta de avaliação de conteúdo (aprendizagem) e institucional, que somente é disponibilizada após transcorrido o prazo mínimo correspondente à carga horária certificada.

ORGANIZAÇÃO CURRICULAR: Os programas de Extensão / Capacitação apresentam organização curricular elaborada a partir de projetos pedagógicos específicos, elaborados por uma equipe pedagógica multidisciplinar, que acompanha o projeto, desenvolvimento e atualização de conteúdo. TECNOLOGIA DE EAD/E-LEARNING: Após a elaboração dos conteúdos é realizada a migração para o Ambiente Virtual de Aprendizagem - AVA, o que demanda a aplicação de tecnologias de Design Instrucional adequadas aos assuntos abordados. MATERIAIS DIDÁTICOS: Os conteúdos programáticos dos cursos de Extensão / Capacitação são lastreados em materiais didáticos constantemente atualizados. Dentre os objetos de aprendizagem podem ser disponibilizados videoaulas; livros eletrônicos (e-books); audioaulas; desafios; exercícios e testes; além de conteúdos de fontes externas, a partir de material relacionado. INTERAÇÃO E SUPORTE ADMINISTRATIVO: Os programas de Extensão / Capacitação contam – além do suporte de tutoria especializada - com uma infraestrutura de apoio que prevê a interação entre alunos e alunos; alunos e professores/tutores; e alunos e pessoal de apoio Administrativo. Essa interação é garantida por meios eletrônicos com registros de chamados e/ou por meio telefônico, conforme o caso. O AVA utilizado pela Unieducar é uma plataforma proprietária, desenvolvida e atualizada permanentemente, e permite, dentre outras facilidades, o acompanhamento das horas de estudo a distância e presencial, conforme o caso. SOBRE A

INSTITUIÇÃO DE ENSINO: A Unieducar é uma Instituição de Ensino Superior mantida pela Unieducar Inteligência Educacional, que atua – desde 2003 - com a idoneidade e credibilidade atestada por diversos órgãos públicos, e empresas privadas, além de milhares de profissionais, servidores públicos, estudantes e professores universitários de todo o Brasil. Instituição de Ensino Credenciada pelo MEC; cadastrada junto ao SICAF - Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores do Governo Federal - como fornecedores de cursos e treinamentos junto à Administração Federal. A Unieducar é associada à ABED – Associação Brasileira de Educação a Distância e à IELA - International E-Learning Association. Atende mediante Nota de Empenho todos os órgãos públicos Federais, Estaduais, Distritais e Municipais, emitindo a respectiva documentação fiscal (Nota Fiscal de Prestação de Serviços Eletrônica) vinculada às matrículas.

ESTRUTURA DO CURSO - COMPONENTES CURRICULARES

TÍTULO DO PROGRAMA: Ação Direta de Inconstitucionalidade e Ação Declaratória de Constitucionalidade

CARGA HORÁRIA: 340 horas

PRAZO MÍNIMO PARA CONCLUSÃO: 43 dias.

PRAZO MÁXIMO PARA CONCLUSÃO: 120 dias.

OBJETIVOS GERAIS:

Ação Direta de Inconstitucionalidade e Ação Declaratória de Constitucionalidade

O curso de Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) e Ação Declaratória de Constitucionalidade (ADC) oferece uma formação jurídica de vanguarda para profissionais e servidores públicos. Em um cenário de constante mutação constitucional, dominar a Teoria Geral do Controle Concentrado no STF é um diferencial indispensável para quem atua no setor público ou em tribunais superiores. O programa aborda desde a legitimidade ativa prevista na Constituição Federal até a natureza jurídica do processo objetivado, capacitando o aluno a compreender a ausência de lide subjetiva e a focar na higidez do ordenamento jurídico frente ao bloco de constitucionalidade.

Dinâmicas de Controle e Eficácia das Decisões

A especialização aprofunda-se no rito processual das ações diretas, detalhando o papel crítico do Advogado-Geral da União e do Procurador-Geral da República. Um dos principais benefícios é a compreensão técnica sobre a modulação de efeitos e a segurança jurídica, essencial para mitigar impactos econômicos de decisões judiciais. O currículo explora as nuances da ADO no combate à inércia legislativa e os pressupostos da ADC para a consolidação da presunção de constitucionalidade, preparando o profissional para lidar com a eficácia vinculante e os efeitos erga omnes em casos de alta complexidade jurídica.

Tecnologia e Governança no Ambiente Digital

O curso destaca-se ao integrar as inovações tecnológicas ao Direito, abordando a dinâmica de julgamento no Plenário Virtual do STF e o uso da Inteligência Artificial Victor na triagem de precedentes. Profissionais atualizados dominarão a observância da LGPD no controle abstrato e a governança de dados sensíveis em processos de ampla repercussão social. O encerramento foca nos processos estruturais e no reconhecimento do Estado de Coisas Inconstitucional, oferecendo ferramentas para que servidores e advogados atuem estrategicamente na implementação de direitos humanos e na democratização do controle constitucional.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS: Proporcionar ao estudioso na área uma visão abrangente sobre os temas elencados no Conteúdo Programático.

DESENVOLVIMENTO DO CONTEÚDO: O desenvolvimento do conteúdo programático requer a realização das seguintes atividades/dinâmicas, com vistas ao cumprimento da correspondente carga horária deste programa de capacitação:

- O aluno deverá assistir e eventualmente voltar a assistir às videoaulas, com o objetivo de fixar o conteúdo trabalhado pelo professor;
- Para cada aula ministrada, o Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVA disponibiliza um ou mais e-books, a fim de que o aluno possa ler e reler os textos de apoio, aprofundando o estudo sobre cada um dos tópicos ministrados, objeto de seu desenvolvimento neste programa;
- O programa disponibiliza ainda uma lista de exercícios propostos, visando a fixação do conteúdo trabalhado, especialmente com questões/problemas que exigem a aplicação dos conceitos desenvolvidos nas aulas e nos livros-texto às situações concretas apresentadas;
- O aluno é também acompanhado por um ou mais tutores designados pela Instituição de Ensino. No AVA, o aluno dispõe ainda de um canal de interação com esses professores especialistas nas matérias objeto das aulas.

Cumprindo então todas essas atividades, agrupadas nos quatro itens acima, o aluno poderá usufruir de uma experiência de aprendizado enriquecedora, aproveitando todas as ferramentas que a Instituição coloca à sua disposição e, consequentemente, aprimorando sua qualificação profissional. Resta evidenciado que a carga horária total não está atrelada ao tempo de duração das videoaulas, mas à diligente observância do que é proposto neste projeto pedagógico.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

TEORIA GERAL DO CONTROLE CONCENTRADO NO STF
Controle Abstrato vs. Controle Concreto e a Objetivação do Controle Difuso; Legitimidade Ativa e o Rol do Artigo número 103 da Constituição Federal; Jurisprudência sobre Pertinência Temática para Propositura de Ações; Natureza Jurídica do Processo Objetivado e a Ausência de Lide Subjetiva; Exercícios de Fixação Propostos Resolvidos e Comentados;
AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE - ADI
Objeto e Parâmetro do Controle em sede de ADI; Leis e Atos Normativos Federais e Estaduais frente ao Bloco de Constitucionalidade; O Papel do Advogado Geral da União e do Procurador Geral da República; Efeitos da Declaração de Inconstitucionalidade e a Eficácia erga omnes; Exercícios de Fixação Propostos Resolvidos e Comentados;
OMISSÃO CONSTITUCIONAL E ADI POR OMISSÃO
Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão e o Combate à Inércia Legislativa; Diferenças entre ADO e Mandado de Injunção; Teoria da Concretização e a Notificação dos Órgãos Inertes; Prazo para Suprimento da Omissão e a Proteção de Direitos Sociais; Exercícios de Fixação Propostos Resolvidos e Comentados;
AÇÃO DECLARATÓRIA DE CONSTITUCIONALIDADE - ADC
Pressuposto Específico da Existência de Controvérsia Judicial Relevante; Efeito Ambivalente e a Natureza Duplicada das Ações de Controle; A Consolidação da Presunção de Constitucionalidade das Leis; Rito Processual e a Eficácia Vinculante da Decisão; Exercícios de Fixação Propostos Resolvidos e Comentados;
MEDIDAS CAUTELARES E DECISÕES MONOCRÁTICAS NO CONTROLE
Medida Cautelar em ADI e ADC e os Requisitos de Eficácia; Limites à Concessão de Cautelares por Decisão Monocrática; A lei número 14.197 de 2021 e as Alterações no Regimento Interno do STF; Suspensão de Processos Judiciais em sede de Cautelar; Exercícios de Fixação Propostos Resolvidos e Comentados;
MODULAÇÃO DE EFEITOS E SEGURANÇA JURÍDICA
Critérios para a Modulação Temporal de Efeitos nas Decisões de Controle; Segurança Jurídica e Excepcional Interesse Social no Artigo número 27 da lei número 9.868 de 1999; Proteção da Boa-fé e Impactos Econômicos das Decisões; Retroatividade e Perspectividade nas Ações de Controle; Exercícios de Fixação Propostos Resolvidos e Comentados;
JURISPRUDÊNCIA E ESTADO DE COISAS INCONSTITUCIONAL
O Reconhecimento do Estado de Coisas Inconstitucional no Brasil e a ADPF número 347; Ativismo Judicial e o Controle de Políticas

Públicas pelo Judiciário; Mutação Constitucional e a Interpretação Evolutiva em sede de Controle Concentrado; Diálogo Institucional e a Superação de Precedentes no STF; Exercícios de Fixação Propostos Resolvidos e Comentados;

TECNOLOGIA E JULGAMENTOS NO AMBIENTE DIGITAL

Dinâmica de Julgamento no Plenário Virtual do STF e a Celeridade Processual; Pedidos de Vista e Destaques em Ambiente Digital; O Uso da Inteligência Artificial Victor na Triagem de Precedentes e Temas de Repercussão Geral; O Processo Judicial Eletrônico e a Transparência nos Julgamentos de Controle; Exercícios de Fixação Propostos Resolvidos e Comentados;

GOVERNANÇA DIGITAL E PROTEÇÃO DE DADOS NO CONTROLE ABSTRATO

Observância da LGPD no Âmbito do Controle Concentrado de Constitucionalidade; Tratamento de Dados Sensíveis em Processos de Ampla Repercussão Social; Sigilo Processual e a Proteção de Grupos Vulneráveis na Rede de Proteção; Responsabilidade Institucional na Proteção de Dados nos Sistemas do Judiciário; Exercícios de Fixação Propostos Resolvidos e Comentados;

PROCESSOS ESTRUTURAIS E EFETIVIDADE DE DIREITOS

O Controle de Constitucionalidade como Instrumento de Reformas Estruturais; Implementação de Decisões em Direitos Humanos e Monitoramento de Resultados; Participação de *Amicus Curiae* e a Democratização do Controle; Desafios da Governança em Direitos Humanos no Século XXI; Exercícios de Fixação Propostos Resolvidos e Comentados.